

DEBATE SOBRE O DÉFICIT PREVIDENCIÁRIO: 1988 - 2015

Letícia Soto - FACAMP

Introdução/Objetivo

Via mudanças políticas, econômicas e lutas sociais, a Seguridade Social foi gradualmente constituída e ampliada, tornando-se universal e autônoma. A estrutura da previdência sofreu alterações ao longo do tempo, junto a suas formas de financiamento. O desenvolvimento industrial de 1930 foi essencial para formar sua estrutura de financiamento, mas só a Constituição de 1988 criou a previdência social no formato atual. Porém, tal estrutura foi deteriorada pelo projeto econômico neoliberal, o que permitiu interpretações favoráveis à existência de déficit nas contas da previdência. Para debater a veracidade desse déficit, analisei autores especialistas no assunto, reformas feitas nos últimos anos e dados quantitativos das últimas décadas.

Desenvolvimento

Há um discurso, predominante no Brasil, de que a previdência social acumula déficit de grandes proporções e, conseqüentemente, de que a situação das finanças públicas é um grande obstáculo a ser superado para se alcançar melhores níveis de crescimento econômico no país. A reforma da previdência tornou-se, portanto, objetivo constante dos governos. Discurso que prioriza a eficiência financeira, põe o futuro da seguridade social submisso à soberania do mercado e coloca a saúde financeira à frente da saúde e dignidade da população do país.

Em contraste, existe outro discurso, que aponta ao superávit expressivo nas contas da previdência e à inutilidade em cortar direitos e ampliar contribuições, assumindo a necessidade em democratizar e universalizar ainda mais o sistema. Ponto de vista baseado em princípios redistributivistas e na obrigação do Estado em intervir para assegurar a gestão do sistema capitalista. Também apoiado na Constituição de 1988, que estabelece políticas públicas identificadas com princípios de universalidade e distribuição de renda.

O debate sobre as contas da previdência é relevante a qualquer cidadão brasileiro, pois a previdência é de caráter universal e reformas em sua estrutura afetam a todos beneficiários.

Por fim, a análise das contas da previdência pela ANFIP¹ expõe que, apesar de períodos de baixos salários e crescimento com altos índices de desemprego e trabalho informal, o sistema previdenciário é estável e, inclusive, mostrou superávit ao longo de muitos anos, ao menos, até 2015. Logo, a previdência é capaz de cumprir seus compromissos junto aos beneficiários sem déficit.

Referência Bibliográfica:

- SOUZA, Carlos Alberto de; GUERINI, Rozinete Bissoli. **“Análise da Seguridade Social 2014”**. - Brasília, ANFIP - Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil. Fundação Anfip de Estudos da Seguridade Social, 2015.
- FAGNANI, Eduardo. *A modernização conservadora*. In: **“Política Social no Brasil (1964 - 2002): Entre a cidadania e a caridade.** ” - Unicamp, 2005.
- GENTIL, Denise. **“A Política Fiscal e a Falsa Crise da Seguridade Social Brasileira – Análise financeira do período 1990–2005”** - Rio de Janeiro. UFRJ 2006.
- REZENDE, Fernando. **“Finanças Públicas”** – São Paulo. Atlas, 2001

¹ Associação Nacional dos Auditores Fiscais da Receita Federal do Brasil.